



FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMINISTA DAS MULHERES DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE ALAGOAS

SILVA, Alessandra Keilla¹

¹ Graduanda em Agronomia, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Rio Largo, Alagoas, Grupo Agroecológico Craibeiras (GAC). alesskeilla@hotmail.com.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo trazer uma discussão sobre a construção da identidade feminista das camponesas do MMC Alagoas. O trabalho foi realizado com método qualitativo, a partir de coleta de entrevistas e revisões bibliográficas. Dá-se ênfase à análise da história de como as mulheres do campo se articularam enquanto sujeitos políticos para a formação de movimentos autônomos que trazem suas pautas individuais enquanto camponesas. Neste trabalho, compreende-se que o movimento feminista é composto de várias vertentes e por isso não deve ser compreendido como um movimento uniforme, e que os feminismos se manifestam de diversas formas práticas e teóricas. Dessa forma, iremos focar no feminismo camponês e popular como feminismo em construção pelas mulheres latino-americanas, que se pautam nos princípios agroecológicos, na construção da autonomia, na independência das mulheres e no enfrentamento da violência. As mulheres alagoanas que compõem o MMC se compreendem enquanto feministas e preservam a sua identidade como camponesas.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo camponês e popular; Identidade feminista; Mulheres camponesas.

INTRODUÇÃO

As mulheres, desde os mais remotos tempos da humanidade, estiveram centradas em papéis de fundamental importância para a manutenção da subsistência familiar. Segundo Reed (2008), as mulheres desenvolveram a maior parte dos instrumentos e técnicas que eram à base do progresso social em trabalhos feitos antes do advento da agricultura (quando se começa a divisão sexual do trabalho onde os homens caçavam e as mulheres recolhiam os produtos vegetais). Por isso, o trabalho exercido por elas, se desenvolveu rapidamente de colheita de frutas espontâneas, para a horticultura rudimentar e posteriormente a agricultura.

Beauvoir (1980), ao longo de seu trabalho, nos mostra que as ferramentas utilizadas para a construção da inferioridade feminina foram fundamentadas pela biologia, filosofia, religião, estado e família. Essa construção ideológica se deu ao longo da história e hoje reflete nas desigualdades impostas às mulheres do campo e da cidade.

As desigualdades enfrentadas pelas mulheres no meio rural são construídas socialmente ao longo do tempo, gerando ambientes de opressão que refletem diretamente na liberdade individual delas por meio da violência e da desvalorização do seu trabalho. Além disso, o campo é marcado pelo patriarcado de forma mais densa, pois os preceitos religiosos e familiares são parte do meio e das relações sociais.

Para a mudança dos paradigmas que regem à vida das mulheres camponesas, a auto-organização é de fundamental importância, além da tomada de consciência das opressões vivenciadas no dia a dia. A marginalização de suas pautas foram o pontapé inicial para a formação de organizações

1



e coletivos autônomos, que posteriormente resultaram na Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e através de organizações estaduais que originaram o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

O MMC nasce comprometido com a luta feminista, e como movimento social possui como uma de suas principais características a ação coletiva para a obtenção da transformação da sociedade, pois ao dialogar com o feminismo permite uma análise crítica do mundo e das relações vivenciadas pelas mulheres. Então, quando falamos de feminismo nos referimos a um sujeito coletivo com organicidade e diversidade. Enquanto mulheres, a categoria se une como grupo presente na sociedade capitalista e patriarcal, que apresentam diversas semelhanças nas opressões e explorações enfrentadas. No entanto, a categoria apresenta uma diversidade de acordo com a classe, raça, etnia, orientação sexual e geração.

Segundo Bell Hooks (2018), o feminismo é um movimento que luta contra o sexismo e contra a opressão. Partindo deste pressuposto, é que iniciamos a análise deste trabalho, compreendendo o feminismo como um mecanismo político e ideológico que apresentam o patriarcado e o machismo como seus antagonistas. Apesar disso, compreende-se que não podemos abordar um “feminismo”, mas, sim, “feminismos”, pois o movimento feminista não se apresenta uniforme, vem através de diversas vertentes, como feminismo radical, feminismo negro, feminismo lésbico, etc.

Portanto, considera-se o pluralismo do feminismo com suas mais variadas correntes de pensamento e expressões em ações práticas. Sendo o feminismo camponês abordado no presente trabalho como um processo construtivo que visa a transformação da realidade camponesa para a promoção da liberdade e a autonomia das mulheres buscando preservar o caráter identitário e se aproximar da realidade vivenciada por essas mulheres do meio campestre. Objetiva-se, assim, compreender como se constrói a identidade feminista das mulheres do MMC/ Alagoas e quais as suas compreensões acerca do feminismo camponês e popular.

METODOLOGIA

O presente estudo é de caráter qualitativo e foi obtido a partir de análises bibliográficas acerca da história dos movimentos feministas no Brasil. Buscou-se o aprofundamento a partir de dados bibliográficos e das narrativas das mulheres do Movimento Mulheres Camponesas (MMC) para compreender o que isso interfere na sua formação, bem como a na sua aproximação com o feminismo.

Para isso, foram coletadas entrevistas de cinco mulheres participantes do MMC objetivando refletir sobre este trabalho a compreensão das mulheres camponesas alagoanas na construção de suas identidades enquanto feministas.

As entrevistas foram coletadas em áudio, realizadas no período de junho a novembro do ano de 2018 na Feira Orgânica da UFAL. As questões abordadas foram: Qual o primeiro contato com a discussão sobre questões de gênero? Qual sua proximidade com o feminismo? Você se reconhece enquanto feminista? Você se sente reconhecida por seu trabalho? Quais as mudanças após o reconhecimento do papel da mulher no campo?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implantação da Revolução Verde na América Latina, após segunda guerra mundial, foi um importante marco na conjuntura brasileira do campo com a implantação da monocultura, mecanização e uso de agrotóxicos de maneira intensiva, observou-se, também, uma reestruturação da agricultura tendo como resultado o endividamento dos produtores (SILVA, 2013). Segundo Paludo 2009, o modelo de agricultura vigente neste momento histórico visou às mulheres como foco em alguns trabalhos propiciados pela EMATER¹, como, por exemplo, cursos de bordados, culinária, crochê, etc. No entanto, esses cursos eram oferecidos reforçando os papéis impostos pela sociedade patriarcal de domesticação da mulher, retirando-as dos papéis centrais do trabalho considerado produtivo nas unidades de produção.

Nos anos de 1970, os movimentos sociais do campo começam a se destacar com mais intensidade, como corrente contra-hegemônica, mas as pautas das mulheres eram marginalizadas já que a grande maioria dos movimentos de esquerda tinham a crença da necessidade de extinção de todas as desigualdades com o combate das opressões geradas pelo capital, porém as mulheres não eram de acordo. Por isso,

A opressão de classes passou a ser discutida simultaneamente à discussão de gênero porque diz respeito à estrutura patriarcal que perpassa e também sustenta a estrutura capitalista. Assim, faz-se necessário as mulheres terem espaços e organizações próprias para a superação da desigualdade de gênero na sociedade classista que explora e oprime as mulheres duplamente. (PALUDO 2009, p.95)

Deste modo as mulheres reforçam a necessidade de se articularem por meio de organizações, assim surge o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), através da mobilização das mulheres camponesas em meados dos anos 1980, porém com diferentes nomes e espalhados em vários estados do Brasil. A fundação do MMC ocorreu em março de 2004, no 1º Congresso Nacional do MMC, em Brasília, quando movimentos autônomos de 16 estados se uniram enquanto sigla.

Ainda de acordo com Paludo (2009), o movimento se afirma enquanto camponês como forma de identificação com o campesinato, de mulheres que produzem de forma consciente e respeitosa com o meio ambiente como um todo, de sua resistência no campo e como feminista, já que o movimento se caracteriza com a luta histórica das mulheres que se comprometem a transformar socialmente as relações de gênero.

Com caráter político e ideológico, o resgate da identidade camponesa das mulheres objetiva evidenciar como a unidade produtiva camponesa tem seu trabalho marcado pela agricultura familiar, na

¹ EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.



produção agrícola da unidade produtiva voltada para a subsistência, sendo o excedente comercializado para a garantia de demais produtos e serviços do qual o camponês (a) não produz.

Neste sentido, a mulher camponesa, é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas assalariadas rurais e indígenas (MMC-AL).

Vale ressaltar que a primeira manifestação pública em que o MMC se vincula ao termo feminismo ocorreu no ano de 2010, em Santa Catarina, na 11ª Assembleia do Movimento de Mulheres Camponesas, realizada na cidade de Xaxim-SC, tendo com o tema “Mulheres Camponesas e Feministas”. Mesmo com a discussão sobre o tema já presente em anos anteriores, o posicionamento da base do movimento trouxe uma certa tensão.

Em Alagoas, a atuação do MMC vem sendo realizada desde de meados de 2006, após o desenvolvimento e maior organização de trabalhos de bases do Movimento Nacional depois de sua fundação. Objetivando o fortalecimento da luta e da construção da autonomia das mulheres², o MMC-AL tem seus trabalhos pautados nos temas “Mulher, agroecologia e saúde; Direitos das mulheres; Violência contra as mulheres; Sementes crioulas e identidade camponesa; Divisão igualitária e visibilidade do trabalho da mulher; Feminismo camponês e popular” (MMC-AL).

Para melhor compreendermos a relação das mulheres camponesas com o feminismo, é importante destacarmos o ponto em que os movimentos feministas nasceram e se desenvolveram no meio urbano. A primeira onda do feminismo ocorre na Inglaterra no século XIX, com o movimento sufragista. No Brasil, em 1910, a luta pelo voto, através de um abaixo-assinado endereçado ao senado, as mulheres, lideradas por Bertha Lutz, apresentam o pedido de aprovação da lei conquistada e promulgada em 1932 no novo código eleitoral brasileiro.

No entanto, é válido salientar que esta primeira onda do feminismo não incluía todas as mulheres, tendo os movimentos que surgiram neste primeiro momento sido protagonizados por mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. Por este motivo é importante retirar este estigma do feminismo uniforme:

Não se pode falar de “feminismo”, mas sim de “feminismos”. Há diferentes correntes teóricas já reconhecidas e respeitadas. Como todo pensamento que apoia bandeiras de luta, é impossível evitar um forte componente normativo nas diversas teorias. O interesse de se analisar um movimento feminista em sua prática é ver como elementos de diferentes teorias se combinam na ação (PAULILO, 2016).

É, então, através do pluralismo de ideias e concepções teóricas sobre feminismo, que nos é permitido compreender a grandeza de como os feminismos podem se manifestar em ações práticas. Deste modo, o feminismo camponês e popular se manifesta como ação política e ideológica de enfrentamento às desigualdades e opressões vivenciadas pelas mulheres do campo. Isso se diferencia pelo seu perfil

² Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas.



identitário baseado no cotidiano das mulheres pela preservação do vínculo com a território, pelo compromisso com a produção agroecológico e pelo enfrentamento a violência.

O feminismo camponês e popular é um processo construção das mulheres, a partir da compreensão de um feminismo que valorize a produção, a participação e a apresentação das mulheres na vida social. De acordo com Boni (2013), esta construção exige organização e luta pela identificação das mulheres, ou seja, é através da manutenção da identidade camponesa que é possível a construção da libertação dessas mulheres.

Há décadas as mulheres brasileiras e latino-americanas constroem este feminismo que com o acúmulo de concepções políticas, teóricas e organizativas, os movimentos autônomos como o MMC no Brasil, ANAMURI³ no Chile e CONAMURI⁴ no Paraguai são importantes fios condutores para a discussão e construção do feminismo camponês na América Latina.

As mulheres Alagoanas quando perguntadas sobre como e onde ocorreram seus primeiros contatos com a discussão sobre as relações de gênero destacam os encontros e as reuniões propiciados pelo MMC, elas enfatizam que esses espaços permitem a reflexão dos papéis da mulher no campo de como o compartilhamento de experiências pessoais que as fortalecem e as motivam para o enfrentamento das opressões diárias. Ainda falam sobre como as mulheres que estão à frente do movimento, dirigentes e coordenadoras as inspiram a conquistar espaços políticos na comunidade.

Esses espaços promovidos pelo MMC possibilitam a compreensão das camponesas, das opressões que vivenciam, que por vezes começam com relatos de experiências, mas abrem espaços para discussões mais aprofundadas sobre a origem das explorações, o entendimento de como o machismo e o sexismo são ferramentas utilizadas para a exclusão dos espaços políticos e para as tomadas de decisões dentro de seus lares, além do questionamento da divisão justa do trabalho, indo até as formas de combate às desigualdades enfrentadas por elas.

As entrevistadas se reconhecem enquanto feministas, porém enfatizam que seu feminismo é camponês, que tem enraizados em seus pilares a igualdade da mulher e sua ligação com a terra e a promoção da vida. Em suas falas apresentam a narrativa de que camponeses e camponesas são essenciais para a eliminação das desigualdades causadas pelo machismo. Que o combate do patriarcado só pode ser efetivo se seus companheiros compreenderem como o machismo os atingem, e que é através da luta conjunta que se combate as opressões.

Vemos, portanto, o reconhecimento com o feminismo como uma quebra de paradigma visto que as mulheres⁵ camponesas têm certa resistência aos primeiros contatos com a palavra feminismo. Fato este explicitado em uma das falas das entrevistadas que afirma que umas das estratégias para se falar de temas que tenham uma grande carga pejorativa no campo, como o feminismo e direitos reprodutivos como o aborto, são trazidos por temas mais amplos como promoção à saúde e à agroecologia.

³ ANAMURI- Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas.

⁴ CONAMURI- Organización de Mujeres Campesinas e Indígenas.

⁵ Organización de Mujeres Campesinas e Indígenas.



Estas duas temáticas destacam o caráter solidário de seu feminismo e como as suas ações práticas são desenvolvidas. Um grande exemplo, é a Associação de Produtoras Agroecológicas da Zona da Mata que reúnem mulheres de vários assentamentos, na qual as mulheres mencionam que organizam feiras que promovem a disseminação da soberania alimentar com as vendas de seus produtos agroecológicos. Nestas feiras, elas conseguem mediar importantes espaços de discussão para apresentação da agroecologia com a sociedade. Outro ponto de destaque a solidariedade é a produção, armazenamento e compartilhamento das sementes crioulas.

As sementes crioulas, na zona da mata alagoana, têm permitido o avanço do feminismo camponês e popular, unindo as mulheres em prol do que é o benefício a todos: proteção dos bens da natureza, promoção da vida e diversidade, saúde e unidade da classe camponesa nas lutas. Como falava o lema simbólico do Programa de Recuperação de Sementes Crioulas do MMC: “Filhas da terra produzindo sementes crioulas, alimentando sonhos de libertação”. (SILVA, et al 2018)

Ao ser abordada a questão do reconhecimento do seu trabalho no campo, as mulheres falam, apesar de ser uma grande barreira, que vêm ocupando espaços políticos nos sindicatos e associações, ou até mesmo abrindo novas associações para que possam ser discutidas as pautas das mulheres, além de inclui-las nos espaços de decisão coletiva. As camponesas, enfatizam que através da organização entre elas, foram capazes de reconhecer a importância do trabalho que elas realizam na unidade produtiva.

A produção das mulheres camponesas se dá em grande parte em seus quintais, esse é determinante para a subsistência familiar e é imensamente desvalorizado, pois o trabalho exercido por elas não é reconhecido como produtivo. Realidade que vem se modificando, pois, a produção das mulheres tem trazido renda por meio das feiras articuladas por elas. Além disso, desvalorização do trabalho feminino faz com que elas tenham mais horas dedicadas ao trabalho, visto que além dos afazeres domésticos, ainda cuidam de seus quintais, e por vezes vão ao roçado “ajudar” os companheiros. Isso é refletido nos dados da DIEESE (2011) ao apresentar dados que sinalizam onde há maior jornada de trabalho das mulheres, nesse caso é o estado de Alagoas com 62,1 horas de trabalho totais e 28,6 de trabalho doméstico.

As feiras organizadas pelas mulheres do campo foram importantes marcos para sua independência financeira e autonomia, umas das entrevistadas diz que hoje consegue viajar para cidades vizinhas, o que antes tinha medo e não se sentia capaz de resolver problemas corriqueiros sozinha e que através da sua participação nas feiras ela se sente independente. Outra fala de como foi importante esse espaço para mostrar as outras mulheres que elas podem ser independentes dos seus maridos e adquirir seu próprio dinheiro e utilizá-lo como quiser a partir da sua produção.

O MMC Alagoas, a partir da promoção de espaços de diálogo entre as camponesas, vem demonstrando grandes avanços, desde a compreensão das relações de gênero, da importância da valorização do trabalho efetuado pelas mulheres, da valorização da identidade camponesa, do feminismo



camponês, da independência e da autonomia financeira, da participação política das mulheres nos espaços familiares e comunitários até mesmo ao enfrentamento a violência.

Percebe-se, então, como o MMC vem desempenhando um papel importante para a compreensão das mulheres camponesas, a sua importância e como elas, juntas, podem enfrentar as opressões, e, assim, conseguir quebrar os paradigmas vigentes nas comunidades das quais fazem parte. Percebe-se também como a construção de um feminismo que pautar a realidade camponesa é importante para libertação das mulheres no campo, associada à autonomia e a independência dessas mulheres em construção, assim como o feminismo com o qual elas se reconhecem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das perspectivas abordadas neste trabalho, foi possível a compreensão de que o feminismo não pode ser reconhecido como um movimento uniforme, que os feminismos são construídos a partir da realidade na qual as mulheres estão inseridas e de acordo com as lutas específicas de cada grupo.

Compreende-se que o feminismo camponês e popular é um processo de construção das mulheres, para a obtenção de sua autonomia e libertação, baseadas no cotidiano de cada uma delas, na sua identidade e no vínculo com seu território ao se comprometer com a preservação do meio ambiente, a produção agroecológica e a enfrentamento a violência doméstica.

Assim, é possível concluir que o MMC em Alagoas tem conseguido, através de seu trabalho de base, atingir as mulheres camponesas e trazer como resultado o reconhecimento do papel da mulher e da importância do seu trabalho, assim como, aproximá-las do feminismo e ajuda-las a se identificarem enquanto feministas.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Volume 1- fatos e mitos. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1980. BONI, Valdete. **Movimento de Mulheres Camponesas**: um movimento camponês feminista. *Revista grifos*, v.67, n. 34/35, 2013.

DIEESE, **Caderno de negociação. Número 4- Fevereiro/ março**. São Paulo, 2018.

HOOKS, Bell. **Feminismo é para todos: políticas arrebatadoras**/ bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. Ed.- Rosa dos Tempos. Rio de Janeiro, 2018.

MMC-AL. **Movimento de Mulheres Camponesas de Alagoas**: Histórico. Disponível em: <https://mmcal0.wixsite.com> Acesso: 13 de janeiro de 2018.

PALUDO, Conceição. **Mulheres**: Resistência e Luta em Defesa da Vida. São Leopoldo: CEBI, 2009.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **O feminismo é esse que nasce na horta?** Revista Política & Sociedade - ISSN 2175-7984. Florianópolis- SC.



REED, Evelylin. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. Sundermann. São Paulo, 2008.

SILVA, Edcleide da Rocha et al. **Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na Luta pela Autonomia das Mulheres Camponesas em Alagoas**. In: PULGA, Vanderléia Laodete. *Mulheres camponesas: semeando agroecologia colhendo saúde e autonomia*. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2018. Cap. 5, p. 81-95.

SILVA, Isabela Costa. **Movimento de Mulheres Camponesas na Trajetória Feminista Brasileira: Uma Experiência de Luta por Direitos e Liberdade**. Dissertação (Dissertação em Serviço Social) UFJF. Juiz de Fora, 2013.